

A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Marcelo Marques de ARAÚJO

Universidade Federal do Pará

Andréa Gabrielly de Araújo CARDOSO

Discente de Pedagogia da Universidade Federal do Pará

Resumo: *Este artigo tem por objetivo apresentar e discutir as práticas de educação sexual ocorridas no Brasil, em alguns momentos do século XX, tendo como finalidade uma reflexão acerca de que modo se organizava a sociedade brasileira sob o enfoque das construções e manifestações dos papéis sexuais exercidos por esses indivíduos.*

A sociedade cria regras e valores como forma de tornar a vida dos indivíduos harmoniosa. Esse processo social dá-se através de políticas públicas que visam a manifestar os interesses das classes sociais. A sexualidade, por fazer parte do determinismo biológico dos indivíduos, recebe grande influência da cultura, da religião e da mídia, assim como as demais necessidades biológicas essenciais como comer, respirar, defecar, etc.

Porém, a cultura não consegue conviver com a sexualidade da mesma forma que lida com as demais necessidades do indivíduo. Então, as mesmas regras que servem como forma de organização da sociedade, apresentam-se de forma negativa no sentido de que reprimem e provocam conflitos ao minimizarem o significado da sexualidade.

A sexualidade "é construída dentro de uma realidade sociocultural e conta com os agentes socializantes para condicionar, estimular ou reprimir a libido" (SOUZA, 2002, p. 36). Está presente na vida de todas as pessoas. Porém, este tema causa muitas discussões e entendimentos equivocados. Desta forma, na abordagem do tema, deve-se levar em consideração não só o momento atual, mas todo o contexto histórico, perpassando pela própria formação da nossa sociedade.

Segundo Sayão (1997), na década de 20 do século passado, surgem alguns segmentos sociais inovadores, entre eles as feministas, liberadas por Berta Lutz, que objetivava proteger a infância e a maternidade. E em 1928 é aprovada, em um Congresso Nacional de Educadores, a defesa de um programa de educação sexual nas escolas para crianças acima de 11 anos de idade.

Guimarães (1995) informa que O Jornal Diário da Noite realizou uma pesquisa pública obtendo resposta de grande apoio à educação sexual, havendo divergências no que se refere às estratégias de ensino e ao conteúdo programático. Nesse mesmo ano, o Colégio Batista, do Rio de Janeiro, por iniciativa do professor Stawiarski, inclui no currículo o ensino da evolução das espécies e educação sexual. Esse programa a priori restringia-se à análise do papel feminino na reprodução. O professor responsável por tal iniciativa sofreu um processo judicial e foi demitido posteriormente.

Na década de 30 do século passado, com as transformações que a sociedade sofreu, o foco de discussão deixa de ser a higienização, passando a ser os direitos e deveres do homem e da mulher; até que ponto ambos são iguais perante a sociedade, e se o homem e a mulher devem exercer atividades específicas, com o homem mais voltado para o sistema econômico produtivo, enquanto o trabalho da mulher estaria voltado para a administração do lar, a procriação, assim como para a educação dos filhos.

A discussão na escola era como ministrar uma educação que para o homem valorizaria a formação voltada para o contexto sócio-econômico e defesa da pátria, enquanto a educação da mulher seria voltada para prendas do lar e educação dos filhos, em todos os aspectos.

O reflexo para definir o papel do homem e o papel da mulher no contexto social é evidenciado pelos próprios currículos escolares, pois existiam escolas onde a clientela atendida era exclusivamente de mulheres, onde o ensino-aprendizagem, os conteúdos ministrados se referiam à administração e dedicação ao lar. Por outro lado, existiam escolas cuja clientela era constituída somente de homens e cujo conteúdo se referia ao contexto sócio-econômico e cultural que pudesse proporcionar-lhes condições de ingresso no mercado de trabalho, podendo ser tanto de caráter profissionalizante como de educação geral.

De acordo com o que se pode observar na literatura, desde o período patriarcal, a educação sexual sempre esteve ligada à constituição da família, cuja formação recebida na escola atribuía um papel principal à mulher, pois sendo a mesma a administradora do lar era atribuída os princípios da higienização, que começava no próprio lar e se estendia aos filhos e demais componentes. Foi observada também, a diferença da educação ministrada ao homem e à mulher.

Para Bassaló (1998), enquanto ao homem era atribuída uma educação voltada para o ingresso no mercado de trabalho, a fim de manter e prover o sustento financeiro do lar, a mulher era educada para cuidar do lar e ser responsável pela educação dos filhos.

Pode-se notar que a educação sexual demonstrada até aqui, visava a uma política de polaridade entre gêneros, de contenção do corpo da mulher, da sexualidade e sustentação do núcleo básico. A família é o revelador do caráter eminentemente moderador e conservador, então presentes. Pode-se dizer que essas características estão relacionadas a uma educação sexual com princípios tradicionalistas, segundo a autora.

Até este momento, foi feita uma relação inicial entre escola e educação sexual no Brasil, situada no ápice da construção de um novo Brasil, de um contexto político, ideológico, econômico e social que se refletiu conforme as mudanças ocorridas. As interferências entre cada um desses elementos se refletem no pensamento e ações acerca do papel social e sexual a ser assumido pelo homem, pela mulher, e a ser desenvolvido pela escola com o apoio da família.

Analisando as primeiras aproximações com a educação sexual na perspectiva histórica, considera-se, conforme indicação de Bassalo (1998), que:

- I - A educação sexual na escola pode ser um objeto da historiografia educacional brasileira, porque se refere a um dos aspectos relevantes da formação do homem e da mulher, presente no contexto escolar desde que a escola se constitui e assume um papel relevante na sociedade brasileira.
- II - No Brasil, o contexto no qual surgem as manifestações legais em torno da educação sexual na escola é rico de conflitos e contradições, cenário de disputa política, econômica e entre a razão teológica e moderna, gerando a circulação de novos valores acerca da escola, da família e da mulher, havendo influência da área médica na normalização do que é saudável, normal ou anormal em relação à sexualidade.
- III - A educação sexual, nas décadas de 30 e 40, partia do pressuposto de que a sexualidade era uma energia que precisava ser "domada", "controlada" e destinada à construção de famílias, refletindo uma conjugação entre o bem e o mal, o prazer e a reprodução, o pecado e o não pecado, a animalidade e a humanidade.

Segundo Guimarães (1995), na década de 50, período em que a Igreja Católica tinha domínio sobre a elite brasileira e concomitantemente, sobre seu sistema educacional, houve uma severa repressão a educação sexual. Pois a sexofobia, ou seja, o medo e a associação do sexo ao pecado,

é o traço que define o tabu para a nudez, o machismo, o patriarcado, a monogamia e a indissolubilidade do matrimônio como alicerces da família nuclear, a noção de honra e a virgindade pré-nupcial.

Até os dias atuais, a escola ainda reproduz idéias da sociedade moderna, reforçando tabus, diferenças e discriminações entre homem e mulher. Então é necessário elaborar uma educação sexual que não reforce as doutrinações, tornando a escola um espaço de emancipação de idéias e reflexões, para não reforçar o conceito de submissão feminina e o machismo.

Guimarães (1995) mostra, em um levantamento que, de 1963 a 1966, ocorreram várias tentativas de implantação da educação sexual nos programas para os alunos tanto das escolas públicas quanto privadas.

Algumas escolas pioneiras na época se destacam por suas experiências, entre elas estão: o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em Minas Gerais, que introduz no currículo um programa de educação sexual para alunos do então quarto ginásial (hoje 8ª série). Devido a reação negativa dos pais, esse programa teve duração de três anos apenas.

Hoje, a maioria dos pais são a favor de se implantar a educação sexual nas escolas, pois, é cada vez mais presente os programas de televisão enfatizando temas relacionados com a sexualidade. Isso faz com que aumente a responsabilidade dos pais em dialogar com seus filhos para esclarecer as dúvidas sobre as informações fragmentadas mostradas pela mídia. Essas informações, se não esclarecidas, segundo Souza (2002) podem acarretar problemas como bloqueios de ordem emocional ou mesmo riscos para a própria vida como o abortamento, doenças sexualmente transmissíveis e até mesmo a AIDS.

De acordo com Sayão (1997), em São Paulo, ainda na década de 60, foram iniciados alguns programas experimentais e significativos em algumas escolas da rede pública. Essas escolas tinham uma orientação mais progressista cuja metodologia trouxe vários reflexos para a implantação de futuras abordagens sobre educação sexual nas escolas brasileiras. De 1963 a 1968, esses programas foram iniciados no Colégio de Aplicação Fidelino Figueiredo desenvolvendo trabalhos na área da sexualidade com seus alunos. Essas aulas eram registradas por monitoras e a coordenação ficava a cargo de orientadores educacionais, com a colaboração dos professores de ciências. Contudo, muitos desses registros foram destruídos devido a repressão de 70.

O Diário Oficial de São Paulo, no dia 28 de janeiro de 1965, publicou um ato intitulado Nº9, de autoria de José Carlos Ataliba Nogueira (secretário de educação), que tinha a seguinte nota:

É vedado aos professores do ensino de grau médio, especialmente os de biologia e sociologia, exporem na escola pública, e menos ainda, defenderem a limitação de filhos ou qualquer meio anticoncepcional. A violação desse preceito acarretará suspensão do professor, apurada a sindicância (GUIMARÃES, 1995, p. 65).

Em 1968, de acordo com Sayão (1997), a deputada Júlia Steimbruck, do Rio de Janeiro, apresentou um projeto de lei a Câmara dos deputados que tinha como proposta a implantação obrigatória da educação sexual em todas as escolas do país e em todos os níveis.

De acordo com Ribeiro (1990), em 1970, esse projeto ainda se encontrava em tramitação. Porém, mesmo tendo apoio de muitos, outros se mostraram contrários ao projeto. Assim, a Comissão Nacional de Moral e Civismo utilizou-se de argumentos teológicos, moralistas e sentimentais para impugnar a introdução da educação sexual nas escolas.

Apesar disso, Guimarães (1995) diz que os colégios cariocas “Infante Dom Henrique” e “Orlando Roucas” introduziram nesse período a educação sexual em seus currículos. Neste último, a diretora foi exonerada do cargo, vários professores foram suspensos e alguns alunos expulsos. O Colégio André Maurois adotou a educação sexual a pedido dos próprios alunos.

Os próprios alunos, independente da época em que vivem, necessitam de uma educação sexual sistematizada, que possa esclarecer dúvidas de forma satisfatória. Na atualidade, alguns pais e educadores ainda se mostram resistentes ou mesmo contrários à educação sexual nas escolas. Muitos desses foram jovens que receberam educação tradicional e rígida e tentam passar para seus filhos e alunos, valores que não se enquadram no modelo de sociedade vigente. Mas a maioria dos pais e professores vêem de forma positiva a educação sexual no âmbito escolar, pois:

[...] é um trabalho sistemático, desenvolvido em sala de aula, sobre as informações que as crianças trazem, e tem o objetivo de ordenar, esclarecer e discutir conteúdos. Serve para eliminar preconceitos, distorções e analisar as idéias adquiridas até então. Ajuda na formação de valores em relação a sexualidade, a saber para poder decidir e a conscientizar seu papel na sociedade [...] (SOUZA, 2002, p.107).

De 1954 a 1970, de acordo com Sayão (1997), em São Paulo, o Serviço de Saúde Pública do Departamento de Assistência ao Escolar ministrou aulas de orientação sexual às meninas que faziam a quarta série primária. Além disso, educadores sanitários e professores informavam a respeito das transformações da puberdade.

De acordo com Guimarães (1995), em 1978, início da abertura política, foi realizado, por iniciativa particular, o 1º Congresso Nacional Sobre Educação Sexual nas escolas em São Paulo que teve como objetivo debater a dimensão pública da educação sexual.

A autora destaca também que no final da década de 70, surgem entidades com fins de controle populacional como o BEMFAM (Sociedade Civil Bem Estar Familiar no Brasil), que organizou o 1º Seminário Técnico de Educação Sexual, com objetivos controladores. Essa mesma entidade também procurou introduzir a orientação sexual nas escolas, causando grande polêmica.

Na década de 80, com o fim da repressão e da censura, com a abertura política pela qual passou o Brasil, ocorreram significativas implicações no campo da educação sexual.

Em 1982, o Estado de São Paulo redemocratizou o cenário político implantando "a sexualidade humana num enfoque curricular", CNEP, SP, 1982, que se tornou, na prática, a primeira iniciativa institucional de um programa de educação sexual na estrutura pública no Brasil.

Guimarães (1995) revela que é nesse início de década (1980), que a sexóloga Marta Suplicy faz um quadro no programa TV Mulher, falando sobre sexo. Esse quadro trouxe várias repercussões em escolas, universidades e na sociedade geral.

Os PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) revelam, que em meados dos anos 80, a demanda por trabalhos na área da sexualidade nas escolas aumentou em virtude de o índice de gravidez precoce estar crescendo constantemente e, do aparecimento da AIDS entre os jovens (1997, p. 111).

Essa década trouxe novos comportamentos, onde preconceitos foram questionados, tabus foram "derrubados", e sólidas tradições conservadoras foram abaladas. Segundo Sayão (1997), neste período, há grande exposição do corpo do homem e da mulher através de revistas eróticas. Surgiram também enciclopédias e fascículos vendidos em bancas de jornal, todos destinados a responder a questões sobre sexo.

Nos anos 90, os trabalhos se intensificam ainda mais, devido ao crescente aumento da gravidez precoce (500 mil por ano, na época) e ao número de casos de AIDS.

Em 1992, os trabalhos de orientação sexual desenvolvidos nas escolas da rede municipal de ensino de São Paulo atingiram cerca de 12 mil alunos. No dia 27 de junho de 1993, o Instituto Data Folha divulgou uma pesquisa realizada em dez capitais brasileiras, constatando que 80% das 5.076 pessoas ouvidas eram favoráveis à inclusão de orientação sexual no currículo escolar (SUPLICY, 1999).

No ano de 1995, o MEC coordenou a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) a serem apreciados pelo Conselho Nacional de Educação. Em 1997, o Ministério da Educação e do Desporto propõe os PCN's para o ensino fundamental em todas as escolas do país. Essa proposta curricular inclui, como um dos temas transversais, a Orientação Sexual a ser abordada pelos professores de 1ª a 4ª série, permeando as diversas disciplinas. Para Suplicy (1999), em 1998, a proposta de orientação sexual como tema transversal se expande, abrangendo o currículo de 5ª a 8ª série do ensino fundamental e ensino médio.

Segundo os PCN's, a curiosidade tem um enfoque no sentido da compreensão do que seja relacionamento sexual, como ele ocorre, as transformações do corpo durante a puberdade e os mecanismos de concepção, gravidez e parto. Todas essas questões devem ser compreendidas por parte do aluno, além de outras que ele venha a expressar.

Através da análise dos PCN's sobre os critérios de avaliação, observa-se que os mesmos são de suma importância para a discussão do assunto, levando-se em consideração os itens "aprendizagem", "descoberta" e "invenção".

O texto diz que a realidade sexual em cada indivíduo inclui fatores advindos de formas distintas: aprendizado, descoberta e invenção. É no âmbito social que deve ser trabalhado a orientação sexual, no sentido de se preservar a vivência singular das infinitas possibilidades da sexualidade humana.

Houve necessidade de se elencar os conteúdos segundo os seguintes critérios:

- Relevância sociocultural, isto é, conteúdos que correspondam às questões apresentadas pela sociedade no momento atual;
- Consideração às dimensões biológica, psíquica e sociocultural da sexualidade, buscando contemplar uma visão ampla e não reducionista das questões que envolvem a sexualidade e o seu desenvolvimento no âmbito pessoal;

- Possibilidade de conceber a sexualidade de forma saudável, prazerosa e respeitável.

Nos PCN's, a partir dos critérios descritos, os conteúdos foram organizados em três blocos:

- Corpo: matriz da sexualidade;
- Revelações de gênero;
- Prevenção as doenças sexualmente transmissíveis / AIDS.

Os autores do documento recomendam que os conteúdos de orientação sexual possam e devam ser flexíveis, de modo que se adaptem à realidade e às necessidades específicas, de acordo com cada nível e momento.

Acreditam que, em decorrência de encontrar trabalhos de orientação sexual bastante distintos, que incluem vários temas (pornografia, prostituição, abuso sexual, métodos contraceptivos, desejo sexual, transformação do corpo na puberdade, masturbação, iniciação sexual e muitos outros), esses conteúdos devem possibilitar a compreensão dos diferentes assuntos no que diz respeito à sexualidade, variando de acordo com a faixa etária, cultura regional, fatos contemporâneos veiculados pela mídia ou vivenciados por uma comunidade.

Nos PCN's, os três blocos de conteúdos são trabalhados de forma integrada, e de modo a favorecer a reflexão e a articulação a respeito da sexualidade.

No item "corpo: matriz da sexualidade", para compreendê-lo deve-se fazer uma distinção entre os conceitos de organismo e corpo. O organismo se refere ao aparato herdado e constitucional, a infraestrutura básica biológica dos seres humanos. Já o conceito de corpo diz respeito à possibilidade de apropriação subjetiva de toda experiência com o meio.

O organismo, atravessado pela inteligência e pelo desejo, se mostrará um corpo. O conceito de corpo envolve todas as potencialidades do indivíduo e suas vivências aprendidas na realidade. Este não pode ser compreendido só a partir da anatomia e funcionamento.

O corpo deve ser entendido a partir de um todo integrado de sistemas interligados que envolvem as emoções, sentimentos, sensações de prazer, assim como as transformações, que ocorrem ao longo do tempo nos indivíduos.

O que se deve fazer é construir conceitos, noções, imagens e valores referentes ao corpo, destacando a sexualidade, que deve estar presente como algo saudável, necessária e desejável na vida humana. As dimensões cognitivas, físicas, emocionais e sensíveis devem ser trabalhadas integralmente no estudo do corpo humano, para que não visualizem o corpo como um conjunto de partes fragmentadas.

Ao mesmo tempo deve ser levada em consideração a importância de se abordar com cuidado as transformações do corpo que ocorrem na puberdade como a questão da gravidez e do parto, e a existência dos diferentes métodos contraceptivos e sua ação no corpo do homem e da mulher.

Dessa forma, pode-se trabalhar questões sobre sexualidade, como: gostar e cuidar do corpo, este no aspecto físico e psicológico, o respeito que o indivíduo deve ter de si próprio e aos seus sentimentos, é a base para ver possibilidades de um relacionamento para com outra pessoa.

O indivíduo, conhecendo o próprio corpo e seu funcionamento, pode apreciá-lo e ter maior consciência da importância da saúde e das ações curativas e preventivas. A escola deve atuar de forma integrada com os serviços públicos de saúde da região. Num trabalho com crianças menores, o corpo infantil e adulto deve abranger os órgãos envolvidos na reprodução e zonas crógenas privilegiadas, a observação de características do próprio corpo masculino e feminino, a participação diferenciada do homem e da mulher no processo de fecundação. As transformações do corpo consistem em crescimento acelerado, surgimento das características sexuais, surgimento das características secundárias diferenciadas para homem e mulher, amadurecimento das potencialidades sexuais reprodutivas.

O educador deve participar no sentido de preparar o aluno para as mudanças que estão sendo provocadas no seu corpo, o ritmo em que elas ocorrem, que variam de indivíduo para indivíduo, as mudanças gestuais e posturais que ocorrem em consequência do seu crescimento rápido. Devem levar em consideração o aspecto social e familiar do indivíduo em relação a idade que o mesmo vai adquirindo.

Ao se iniciar um trabalho relativo às mudanças do corpo ou às potencialidades reprodutivas, o professor deve investigar o conhecimento que o aluno tem sobre o assunto. Ele tem uma imagem, conceitos significativos que mobilizam uma curiosidade e ansiedade a respeito de algo.

O educador deve estar atento para explicar, várias vezes, a questão da sexualidade para as crianças, pois estas vivem suas curiosidades e

interesses na área da sexualidade em momentos próprios e diferentes umas das outras. Às vezes ocorrem estudos sobre esses assuntos em que não há a apropriação dos conhecimentos por parte das crianças. A retomada do assunto pelo educador é importante para esclarecer melhor a criança.

No que se refere às questões de gênero, os PCN's dizem que, na sociedade, os padrões de comportamento são transmitidos de forma diferenciada pelos homens e mulheres. O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas do sexo.

O conceito de sexo estaria ligado ao atributo anatômico. Já o de gênero está ligado ao desenvolvimento das noções de masculino e feminino, como construção social.

Mesmo com as mudanças dos costumes e valores, que vêm ocorrendo ao longo dos tempos, os homens têm sido privilegiados, pois a sociedade ainda lhes oferece as melhores oportunidades de trabalho, cargos, etc. Logo, ainda persistem as discriminações em relação às questões de gênero. As discussões sobre o assunto visam combater relações autoritárias, questionar rigidez nos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e para as transformações.

As diferenças de gênero não devem ser apontadas partindo-se de padrões preestabelecidos, mas a partir de vivência e singularidade de cada um (menino - menina), apontada para uma igualdade entre os sexos.

Em geral, em um grupo de estudo, o educador deve sinalizar as diferenças que há entre meninos e meninas, apontando para as diversidades do jeito de ser que existem entre os sexos feminino e masculino. O professor deve trabalhar a diferença entre os sexos para que haja o respeito de um em relação ao outro.

A intervenção do educador no momento de convivência e de trabalho com alunos de ambos os sexos pode ajudar a diminuir a hostilidade entre ambos, além de propiciar observação, descobertas e tolerância das diferenças.

Em relação à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis / AIDS, os conteúdos abordados nesse eixo referem-se às informações sobre a existência de tais doenças, em especial a AIDS.

As doenças devem ter sempre como foco a promoção de condutas preventivas, sendo enfatizada a distinção das formas de contato que propiciam risco de contágio. Em particular a AIDS, o tratamento que esse tema deve ter em orientação sexual é oposto ao que foi abordado

por algumas campanhas de prevenção veiculadas pela mídia: "AIDS mata". Essa mensagem contribuiu para o aumento do medo e da angústia, desencadeando reações defensivas. A mensagem a ser trabalhada é "AIDS – previna-se".

Deve-se discutir a discriminação por parte da sociedade e o preconceito de que são vítimas os portadores do HIV e os doentes de AIDS, por intermédio dos direitos dos cidadãos e da proposição da adoção de valores como a solidariedade, o respeito ao outro e a participação de todos no combate aos preconceitos, apresentando como ponto principal os direitos individuais e sociais existentes, sendo explicitada a importância de valores para a manutenção da vida nas pessoas contaminadas.

A maioria das crianças, a partir dos sete anos, já entram em contato, de alguma forma, com a existência da AIDS, porque, nos últimos anos, foram intensificadas campanhas preventivas veiculadas pela mídia. Essas campanhas têm como público alvo os adolescentes e adultos, enfatizando as formas de prevenção, como o uso de preservativo (proteção sexual necessária para inibir o contágio da doença por contato sexual).

Deve-se trabalhar também com as crianças do primeiro ciclo, dando repercussão a essas informações, esclarecendo sobre a doença, tratar a prevenção por contato sanguíneo, essa sim, possível de ocorrer com as crianças dessa faixa etária. Esses conteúdos podem ser articulados em áreas como ciências naturais e língua portuguesa (por meio de textos conhecidos).

O momento mais propício para se abordar esse tema é quando algo a ele referente é trazido pelos próprios alunos ou é vivido por aquela comunidade escolar. Também se faz particularmente importante o levantamento do conhecimento prévio dos alunos sobre as doenças sexualmente transmissíveis e sobre a AIDS, pois constata-se a existência de um grande volume de informações errôneas e equivocadas sobre elas.

Através desses trabalhos desenvolvidos pelos PCN's, pode-se analisar a importância da orientação sexual nas escolas, que perpassa sobre a "curiosidade" dos educandos a respeito dos diversos segmentos relacionados à sexualidade.

Os temas Transversais passaram a fundamentar uma nova visão de currículo e de ordenação sistêmica dos conteúdos e finalidades da escola. Desta forma, pode-se assumir o conceito de transversalidade, entendendo-o como a disposição de compreender os conteúdos de modo articulado e diacrônico, procurando superar a concepção estanque

e departamentalizada do conhecimento e da formação curricular. Isto quer dizer, que não serão criadas novas disciplinas para desenvolver os temas, ou melhor, não haverá um curso específico sobre orientação sexual, por exemplo. Estas questões serão incorporadas nas disciplinas já existentes "atravessando" as aulas de todas as disciplinas.

De acordo com os PCN's, a transversalidade acarreta algumas discussões, entre elas a relação com a concepção de interdisciplinaridade. Dessa forma, é necessário esclarecer que, embora ambas se caracterizem por apresentar uma crítica à concepção de conhecimento que torna a realidade como um conjunto de dados estáveis, distanciando o conhecimento sistematizado da realidade dos indivíduos, os termos também se assemelham por apontarem a complexidade do real e a necessidade de se considerar o emaranhado de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. Diferem-se uma vez que a interdisciplinaridade defende uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento e a transversalidade está ligada à dimensão da didática.

A interdisciplinaridade refere-se a uma relação entre disciplinas, de forma que o conhecimento não se torne fragmentado, enquanto que a transversalidade está preocupada com a realidade dissociada dos conhecimentos sistematizados.

O princípio da interdisciplinaridade permitiu um grande avanço na idéia de integração curricular, mas ainda tem como idéia central trabalhar com disciplinas, ou seja, os interesses próprios de cada disciplina são mantidos. O princípio da transversalidade quer superar o conceito de disciplina, busca-se uma intercomunicação entre estas, tratando efetivamente de um tema comum (transversal).

Considerações Finais

Através da inclusão da sexualidade humana como um dos temas transversais, pode-se notar a importância que o discurso, a visão e a interpretação da sexualidade assumiram em nossa época e cultura. Com isso, ao assumir a "orientação sexual" como um dos temas de grande importância para formar alunos-cidadãos, se faz necessário incluir na formação do educador, tais temas, devendo as universidades desenvolverem amplos estudos e pesquisas que possam subsidiar um aprender científico eficaz e a articulação entre a dimensão subjetivamente significativa e socialmente desafiadora.

Hoje, existe uma grande preocupação com o sexo, devido o vírus HIV e a propagação da AIDS. O corpo, o condicionamento físico, saúde, bem estar, existe uma preocupação social.

Bassalo (1998) afirma que a educação sexual é vista em fase de construção no Brasil de nossos dias, e no campo dos estudos historiográficos, ainda há muito que descobrir e questionar na trajetória da educação sexual na escola, suas particularidades, durante cada década.

O contexto atual expressa abertamente a necessidade da inclusão da orientação sexual na escola, onde esta seja abordada de forma clara e coesa. Resta saber se os pais e educadores estão preparados para atuar num campo tão complexo e cheio de questionamento. Afinal, os pais e educadores de hoje foram os jovens de ontem que sofreram repressões sexuais e políticas, que com certeza deixaram profundas marcas em seus modos de pensar e em seus comportamentos.

BIBLIOGRAFIA

BASSALO, Lucélia de Moraes Braga. *Educação sexual e escola: Resgatando evidências históricas dessa relação*. São Paulo: Mirneog, 1998.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual*. Vol. 10. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GUIMARÃES, Isaura. *Educação Sexual na Escola: mito e realidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

RIBEIRO, P. R. M. *Educação sexual além da informação*. São Paulo: FPU, 1990.

SAYÃO, Yara. Orientação Sexual na Escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). *Sexualidade na escola: Alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.

SOUZA, Hália Pauliv de. *Sexo, energia presente em casa e na escola*. São Paulo: Paulinas, 2002.

SUPLICY, Marta. *Conversando sobre sexo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.